

Economistas alertam para ameaças à estabilização

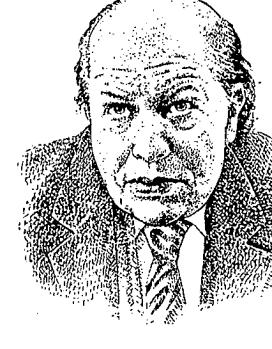
Déficit público força a manutenção de juros altos

por Vera Saavedra Durão
do Rio

Na segunda edição do livro "Macroeconomia", a ser lançado hoje, na Fundação Getúlio Vargas (FGV), durante o seminário sobre "Política Monetária e Política Cambial", os professores Mário Henrique Simonsen e Rubens Penha Cysne, da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE), alertam para os riscos do modelo de estabilização ancorado no câmbio, caso o déficit público permaneça elevado, obrigando a sustentação de altas taxas de juro.

"O desequilíbrio das contas públicas, pelo aumento dos juros, e consequentemente da dívida mobiliária, acaba desaguando em crise cambial, como aconteceu no México", avisa Penha Cysne. O economista considera, porém, que "qualquer semelhança é mera coincidência" em relação ao Brasil. A seu ver, o nível atual de US\$ 50 bilhões de reservas, que continua numa trajetória ascendente, afasta o País da ameaça de uma crise cambial.

Ele insiste, contudo, em que o governo precisa concretizar as reformas necessárias para reduzir as despesas públicas, como as reformas administrativa e previdenciária. "A solução para o déficit público brasileiro é cortar despesas através das reformas e da privatização", ressalta Penha Cysne. No caso da reforma tributária, ele adverte para o pe-



Mário Henrique Simonsen

rigo de se gerar um aumento da carga tributária, atualmente equivalente a 31% do Produto Interno Bruto (PIB), e já considerada muito elevada.

Uma novidade nessa segunda edição do "Macroeconomia" é a medida do custo de bem-estar da inflação, calculada por Simonsen e Cysne antes e depois do Real. A fórmula do economista Robert Lucas, de Chicago, permite avaliar que, antes da queda da inflação, o País perdia o equivalente a 7,5% do PIB por causa da dimensão de seu sistema financeiro. Ou seja, deixava de produzir algo em torno de US\$ 39 bilhões, comprometendo a oferta de bens ao mercado interno.

Com o Real, a perda caiu para 1% do PIB — com o País deixando de produzir apenas US\$ 5 bilhões e melhorando, assim, a oferta de bens e serviços à população. Esse resultado já é fruto da redução da participação do sistema financeiro no PIB, que caiu de 15%, nos anos de inflação re-

corde, para 8%, segundo observou Cysne.

No capítulo III, do "Macroeconomia", Simonsen e Penha Cysne, atualizam os valores das transferências inflacionárias para os bancos comerciais e o valor do imposto inflacionário obtido pelo Banco Central, com base nos cálculos correspondentes nos últimos doze meses antes da inflação cair com o Real e o que, consequentemente perderam no pós-Real.

Pelos cálculos dos dois economistas, os bancos obtinham ganhos brutos com o "floating" inflacionário dos depósitos a vista de US\$ 8,6 bilhões ou US\$ 719 milhões por mês. A maior parcela desse dinheiro — 39% — ia para os bancos comerciais privados. Os estaduais ficavam com 32% e os federais com o restante. Os ganhos do BC com o imposto inflacionário somavam o equivalente a US\$ 16 bilhões ao ano, até junho de 1994.

Com o Real, ou seja, entre julho de 1994 e maio de 1995, esses ganhos caíram para US\$ 75 milhões por mês ou cerca de US\$ 900 milhões por ano, no caso dos bancos comerciais. No caso do BC, caíram para algo em torno de US\$ 1,5 bilhão por ano. Penha Cysne atribui boa parte da crise vivida atualmente pelo sistema financeiro à perda desses ganhos do "floating" inflacionário, aliada à inadimplência: "Esses dois fatores, juntos, matam qualquer um".

Saídas para o desemprego

por Ana Florence
de São Paulo

O problema do desemprego deve durar vários anos. A curto prazo ele poderá ser amenizado pela retomada do investimento público e privado.

Sua solução definitiva depende, no entanto, de uma verdadeira política de emprego que envolva sociedade, estado e empresários.

Há um consenso entre empresários, estudiosos e governo de que o crescimento produtivo e a melhoria da qualificação profissional não são suficientes para acabar com o desemprego. A indústria paulista cresceu 23%, de 1990 até o primeiro semestre deste ano, enquanto o pessoal ocupado diminuiu 18,8% no mesmo período, de acordo com dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

A alternativa estaria, então, na retomada dos investimentos em infra-estrutura e serviços sociais e ainda em uma política de emprego efetiva. Essa é a opinião de consenso do professor da Universidade de Campinas (Unicamp), Márcio Pochmann, membro do Grupo de Conjuntura do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos (Dieese),

do diretor do Departamento de Economia da Fiesp, Boris Tabacof, e do secretário do Estado de São Paulo para Emprego e Relações do Trabalho, Walter Barelli. Os três participaram ontem do debate sobre o desemprego no lançamento da carta de conjuntura de novembro do Conselho Regional de Economia (Corecon-SP).

"A retomada dos investimentos é a grande saída

para o desemprego a curto prazo", disse Tabacof. Ele acredita que a indústria ainda tem chance de criar novos postos de trabalho, se a conjuntura for favorável. Mas, na visão do diretor, cabe hoje ao setor de serviços o papel de ser o grande empregador de mão-de-obra.

Pochmann, mais cético, defende mudanças mais profundas: "Será necessário a redefinição da estrutura fundiária e acordos sociais que tenham um compromisso com a geração de emprego e a redistribuição da renda do trabalhador". Essa também é a preocupação do secretário Walter Barelli, que afirma que a migração do empregado do setor industrial para a informalidade gerou uma precarização do emprego. "Hoje temos desemprego e baixos salários", afirmou.